

Eng.º Francisco da Cunha Leal – Figura Cimeira da 2.ª Metade da Primeira Rep3blica Portuguesa

Dr. Ant3nio de Almeida Santos
Ex-Presidente da Assembleia da Rep3blica, Portugal

Resumo: No lançamento do livro do Prof. Dr. Lu3s Farinha, *Cunha Leal, Deputado e Ministro da Rep3blica - Um Not3vel Rebelde*, Lisboa, 2009, o autor evoca mem3rias pessoais, intelectuais e pol3ticas do grande publicista e pol3tico republicano que foi Cunha Leal, contextualizando-as nos tempos que viveu.

Palavras-chave: Cunha Leal, Rep3blica, “Estado Novo”, antigas col3nias portuguesas.

ABSTRACT: Presenting the book by Prof. Lu3s Farinha, *Cunha Leal, Deputado e Ministro da Rep3blica - Um Not3vel Rebelde*, Lisboa, 2009, the author evocates personal, intellectual and political memories of the remarkable republican publicist and politician, Cunha Leal, placing him in the context of his time.

Key-words: Cunha Leal, Republic, “Estado Novo”, Portuguese former colonies.

Caro Presidente Jaime Gama, meu Exm.º Amigo;

Caros Deputados;

Senhor Professor Doutor Lu3s Farinha;

Senhora D. Maria Helena Cunha Leal, ilustre filha do Eng.º Cunha Leal, e demais membros da fam3lia;

Senhores convidados;

Senhoras e Senhores;

1. Fui gentilmente honrado com o convite para apresentar o livro do Prof. Dr. Lu3s Farinha sobre Cunha Leal, Deputado, Primeiro-Ministro e Ministro da Rep3blica.

Decerto porque conheci com alguma intimidade esse “Not3vel Rebelde”, como em subt3tulo lhe chama.

Conheci-o de facto, na 3ltima d3cada e meia da sua vida, e tive assim o privil3gio de privar com um dos pol3ticos, intelectuais e homens de cultura mais brilhantes do s3culo passado. Um talento raro; um pol3tico instintivo, que fez passar por si, talvez mais do que por qualquer outra figura sua contempor3nea, a fase da Primeira Rep3blica posterior ao volunt3rio afastamento do grande Afonso Costa.

Comecei por ter not3cias dele atrav3s de amigos e correligion3rios que o n3o admiravam tanto quanto eu vim a admir3-lo. Comecei assim por conhecer os seus defeitos – que tamb3m os teve – antes de me deixar tocar pelas suas excepcionais virtudes. E n3o devo esquecer-me de que atingi a idade mentalmente adulta depois de ter cumprido a pena do ensino psitacista e reaccion3rio da ditadura do dito “Estado Novo” que impedia que susseit3ssemos de at3 que ponto ele era retr3grado e velho.

E como me formei em Coimbra, soube quando por l3 passei, que Cunha Leal tinha sido, com trinta e seis anos apenas, um dos reitores da velha Universidade. Da3 a curiosidade de saber um pouco mais.

Quis o destino que eu viesse a escolher Moçambique para ali exercer a minha profissão de advogado, atraído pela tentação, que veio a constituir para mim um verdadeiro desígnio, de ajudar a emancipar a África em geral, e os territórios africanos portugueses em particular.

Durante mais de duas décadas liderei de facto o Grupo dos Democratas de Moçambique e, nessa qualidade, aproveitei todas as oportunidades, inclusivè as das simulações eleitorais, para combater o regime e defender as minhas paixões: a liberdade política, a democracia, os direitos humanos, a descolonização.

Com esse objectivo redigi textos – numerosos e bravos – de combate à ditadura e ao regime colonial. Como se imagina, quer esses textos, quer as candidaturas de oposição que promovi, e encabecei, tiveram o destino que à época tinham todos os actos incómodos para o regime: os textos eram, ou apreendidos, ou letra morta, e as candidaturas profilaticamente anuladas por acto arbitrário do Tribunal Administrativo Territorial.

Alguns desses textos circularam clandestinamente, e vieram ao conhecimento de Cunha Leal. Chegou, inclusivè, a incluir em livros de crítica impiedosa à política oficial para o Ultramar que publicou, referências generosas a posições e afirmações minhas, que num caso ou noutro transcreveu. Daí a tentação de conhecê-lo.

A profissão trazia-me com frequência a Lisboa e, por interferência de um amigo comum, fui visitá-lo. Foi atracção à primeira vista. Quando o conheci, abeirava-se ele dos setenta anos. Setenta anos de plena lucidez. Só o ouvido começava a falhar, o que o levava a preferir falar a ouvir. E eu deliciado o ouvia, porque raras vezes, se é que alguma, conheci alguém dotado da excepcional correcção e beleza formal com que Cunha Leal se exprimia. Era ainda, no ocaso da vida, o feroso e brilhante orador político e parlamentar que a crónica registava. Para mim – mas sou suspeito – foi um dos melhores oradores políticos e parlamentares de sempre, só equiparável a um Almeida Garrett ou a um José Estêvão de Magalhães.

Eu ficava a ouvi-lo, encantado. Pelo que com ele aprendia, e porque sempre admirei a beleza formal da frase. Falava de si mesmo, e da sua luta política, com o entusiasmo de um jovem. A respeito da sua breve passagem pela reitoria da Universidade de Coimbra, deu-me conhecimento de um facto que só no livro de Luís Farinha voltei a ver referido.

Disse-me então que, quando chegou a Coimbra, para ocupar o cargo de Reitor da velha Universidade, com trinta e seis anos apenas, sem ser doutorado, e muito menos catedrático, e ainda por cima engenheiro militar de baixa patente, foi mal recebido, e mesmo hostilizado – honra lhes seja, a expressão é sua – pela generalidade do corpo docente. Com duas excepções: os jovens assistentes Salazar e Cerejeira. Esses, acrescentou, raras vezes, quando regressavam às origens nos fins-de-semana, ou mesmo quando ao fim do dia regressavam ao Palácio dos Grilos, onde moravam, deixavam de passar pela Reitoria a despedir-se do Reitor, e a perguntar se S. Ex.^a precisava de mais alguma coisa.

Nos livros que publicou sobre a situação colonial, que a sucessiva descolonização de numerosos territórios coloniais dos mais importantes países europeus, e por fim uma guerra pela independência de Angola, da Guiné, e de Moçambique foi agravando, Cunha Leal foi um dos primeiros responsáveis políticos a defender o princípio da autodeterminação e independência dos territórios coloniais, e a sua tradução em realidade por via convencional e livremente pactuada.

E quando começou a tornar-se óbvio que o Pandita Nehru, após tentativas frustradas de libertação negociada do Estado Português da Índia, tornou claro que usaria a força com esse objectivo, Cunha Leal, num livro a que deu o título de “A

Pátria em Perigo”, defendeu que Portugal concedesse a independência àquele Estado, que de Estado só tinha o nome, no pressuposto lúcido de que seria algo mais difícil ao irreductível Pandita, invadir um país independente.

Salazar, uma vez mais insensível aos ventos da história, e a esse e outros conselhos de prudência, deixou que a invasão indiana acontecesse e, apesar da abissal diferença das forças em confronto, teve o desprazer de enviar ao Comandante Militar e Político do território, Vassalo e Silva, o célebre telegrama em que determinava que só aceitaria soldados portugueses vitoriosos ou mortos. Tentou, à última hora, que os poucos e praticamente desarmados soldados portugueses escrevessem, morrendo, uma última página heróica para figurar nos compêndios. Era assim Salazar: escravo do seu fanatismo.

2. Mas o Prof. Luís Farinha cometeu-me a apresentação do seu livro, e é dele, primordialmente, que me incumbe falar, de preferência a considerações de outra ordem, por mais tentadoras que sejam.

Um belo livro, digo desde já. Um livro a muitos títulos importante. Bem escrito. E valorizado por uma riqueza de dados históricos que a um tempo o tornam sedutor, e pedagogicamente exemplar. Estão na origem desse facto o investigador e o historiador experiente e conceituado que o Prof. Luís Farinha é! E a atracção que sobre ele exerce a personalidade de Cunha Leal, que aliás não é de agora. A sua tese de doutoramento de 2003 foi já sobre “Francisco Cunha Leal, intelectual e político”. Este livro de agora é afinal a retoma desse estudo biográfico sobre um dos mais destacados gigantes da Primeira República. E aparte a sedução biográfica, Cunha Leal atraiu ainda a curiosidade de Luís Farinha como tema do excelente “Estudo sobre a acção parlamentar de Francisco da Cunha Leal no Congresso da República, entre 1918 e 1926”.

Estejamos certos: Luís Farinha passou a pente fino os registos da crónica literária e parlamentar dessa época tão matizada de incidentes políticos e revolucionários. A primeira fase da República, liderada no essencial pelo grande Afonso Costa, foi apesar de tudo menos matizada por incidentes não republicanos e não democráticos. É aliás vasta a obra histórica de Luís Farinha, a sós ou em colaboração com outros autores, sendo que a temática dos períodos da Primeira República e da Ditadura do velho Estado Novo, alimentam o mais relevante da sua vasta obra.

Foi, também por isso, bem escolhido pela Assembleia da República para coordenar uma colecção de textos sobre parlamentares da Primeira República, na oportunidade da aproximação da celebração do primeiro centenário da declaração solene da sua implantação. A pensar nessa celebração, que os verdadeiros republicanos desejam o mais possível significativa e exaltante das virtudes republicanas e dos valores democráticos, livros como este ajudam a conhecer, não só os princípios que a Revolução de Outubro de 1910 tatuou para sempre na alma portuguesa, mas também, em contraponto, os anti-valores das instituições monárquicas e retrógradas que a precederam, e que aproveitaram todas as dificuldades da inovação e da modernidade para tentar recuperar – como em quase meio século recuperaram – a antítese da República, cautelarmente lhe preservando o nome.

Salazar e Caetano eram monárquicos. E os Presidentes da República que escolheram para a suprema magistratura, apesar de nominalmente republicanos, eram o que convinha que fossem. Pois bem: fiéis ao seu reaccionarismo talassa, tiraram-nos tudo: a liberdade, a democracia, a dignidade. Só não nos tiraram a República, ainda que reduzida à ausência de um rei, porque sabiam que era a única coisa que, sem risco, nos não podiam tirar. A vontade e a mente, mil vezes no-las roubaram, privando-nos

do direito de ser livres e de livremente pensar. Na alma nacional, identificada ainda que só nominalmente com a República, não se atreveram a tocar.

Habitados a manejar a mentira, não me espantaria sequer que os que ainda há, tendo ocasionalmente lido este livro, viessem a basear-se nas suas incómodas verdades para, tal como em Maio de 1926, gerarem indignação contra os constrangimentos da liberdade e da democracia – que também os têm – para de novo tentarem repor o regresso a uma ditadura anunciada como regeneradora e de curta duração, como a entronizada a partir de 1926, que acabou por ser o negativo de tudo isso. Não fora a coragem dos militares de Abril, e teríamos continuado à espera de um fim que nunca mais chegava, com Portugal a morrer nas três frentes da guerra colonial, e execrado pela opinião pública universal.

Mas uma das virtudes republicanas é o respeito pela verdade. Nenhum regime, seja ele qual for, pode subsistir alicerçado na mentira. E regimes ideais, sem constrangimentos negativos, só nas utopias existem. Neste momento, o Mundo livre atravessa uma crise quase sem precedentes. Melhor fora que, desatentos, criássemos condições para o regresso dos vendedores de ilusões, reabrindo as portas por onde entraram na história os líderes do fascismo italiano e do nazismo alemão, bem como a justificação da guerra mais mortífera e mais cruenta, que foi necessária para defender a democracia e a liberdade. É esse um preço que o Mundo não pode pagar duas vezes. Nesse então – bom é não esquecer – o ditador português tinha, sobre a mesa de trabalho, uma inspiradora fotografia do Duce, seu mestre idolatrado, e enviava à socapa comboios de mercadorias para auxiliar o pintor medíocre e de bigode irritante que incendiou o Mundo. Como foi possível? Como deixámos? O livro que tenho a honra de apresentar ajuda-nos a que não voltemos a deixar.

3. Com poucas exceções, os grandes homens têm, não raro, virtudes, e defeitos ao nível do seu tamanho. Cunha Leal não foge à regra. Impressiona sem dúvida o excepcional acervo das suas qualidades. Já referi algumas. Grande orador; excepcional político e parlamentar; homem dotado de coragem até à temeridade; primoroso escritor de perfil clássico, manejando com desenvoltura o seu latim; senhor de uma vastíssima cultura; apesar de acusado de tudo, manteve quase sempre uma invejável atitude de aprumo moral.

Morreu sem desafogo financeiro. A República – é sabido – pagava mal aos seus políticos. Ainda paga! E ele atravessou a cena política a tomar posse de cargos e a demitir-se ou a ser demitido deles. Sobretudo na última fase da sua vida, mas não só, ora preso ora livre, ora exilado ora amnistiado, dedicou com frequência o seu talento oratório a participar em assembleias gerais de grandes empresas económicas, em regra em apoio de posições minoritárias. E fazia-o com tal brilho e poder de convicção, que a censura tinha dificuldade em silenciar a correspondente notícia. Muitas vezes senti pena por ver aquele homem tão excepcionalmente dotado, a ter de emprestar o seu talento à defesa da aprovação ou rejeição de um relatório e balanço. A isso e, quando a indignação o exigia, a publicar mais um livro que a censura, por regra, apreendia, e Salazar, em face de protesto seu, dirigido pessoalmente por carta, devolvia à circulação, em homenagem ao respeito venerador dos tempos de Coimbra. Eu próprio aprendi quanto dói ver um livro impedido de chegar aos leitores, seus destinatários. Por três vezes tive essa honra, “nesse outrora agora”, como diria Fernando Pessoa.

Só um político tão incómodo como Cunha Leal, não fora a sua deslumbrante inteligência, a sua vasta cultura política e literária, e a coragem com que enfrentava dificuldades e melindres, teria podido, em tão conturbado período, manter sem interrupção o seu lugar no Parlamento entre 1918 e 1926. Na única legislatura em que não conseguiu ser eleito pelo círculo do Porto – faltaram-lhe duzentos votos – fez-se

eleger por Angola, onde tinha sido engenheiro civil dos Caminhos de Ferro, e onde acabou por casar com a sua fiel companheira, D. Maria José Videira, irmã de um ilustre advogado angolano, António Videira de seu nome, que bem conheci e admirei como causídico e como escritor, personalidade originalíssima mais conhecida da opinião pública angolana do que muitos governadores.

O atributo da fidelidade a um lugar acabou, porém, por aí. Nos demais cargos políticos e profissionais que exerceu, Cunha Leal, por regra, não aqueceu o lugar. Era demasiado rebelde e independente para isso. Como deputado foi também rebelde e independente. Mas quem o elegia era o povo. E o povo gostava da sua rebeldia.

Alongaria eu por demais este meu texto se tivesse de referir todos os cargos políticos e profissionais que Cunha Leal exerceu. Era independente e personalizado demais para agradar para cima. Dos cargos políticos destacarei apenas o de Ministro das Finanças durante quatro meses em 1921, o de Presidente do Ministério e Ministro do Interior no fim desse mesmo ano, durante dois meses. E de novo o de Ministro das Finanças dois anos depois. Por escasso tempo também.

Mais surpreendente, não decerto só para mim, foi a sua designação como reitor da Universidade de Coimbra, nas condições e durante o também curto período que já referi. Só uma inteligência e uma cultura reconhecidas como excepcionais podem ter justificado essa escolha, à margem da tradição da velha universidade. Foi aliás, um aluno excepcional, tendo no Politécnico arrebanhado prémios atribuídos às mais altas classificações. Conta-se, inclusivè, que era tão grande a certeza de que ia recebê-los, que gastava de antemão o correspondente numerário, contraíndo empréstimos que depois liquidava. “*Si non é vero...*”. Viria a granjear, como Reitor, elogios e homenagens de estudantes e até de professores, quando uma situação imprevista e excepcional exigiu o seu afastamento do cargo. Ficou o seu retrato, na vasta galeria dos reitores, talvez o único sem borla e capelo. De fato e gravata, modestamente.

Justificou também, como diplomata, o alto cargo de Conselheiro Económico da Sociedade das Nações e de participante, “a latere” de Afonso Costa, na Conferência Económica de Genebra, em 1927, na qual chamou a si a previsão, à data julgada impossível, “de um mercado europeu sem barreiras”. Já nessa Conferência se discutiu “o fim das barreiras alfandegárias” e a necessidade de um “indispensável acordo económico geral entre os Estados”. Saiu da conferência uma “conclusão pelo encorajamento da eliminação gradual das barreiras alfandegárias, que limitavam as trocas mundiais”. Cunha Leal, entre outros delegados, defendeu o encorajamento de “um protecçãoismo que viesse a ser gradualmente substituído por um acordo económico global – uma espécie de “mercado europeu avant la lettre”. Figurou, pois, entre os visionários da futura União Europeia, e da futura globalização económica.

Já antes disso tinha sido designado, juntamente com Egas Moniz, negociador de Portugal na Conferência de Paz subsequente à primeira guerra.

Bateu-se em todas as frentes, inclusivè na do jornalismo. Fundou dois jornais, o “Popular” e “A Noite”, e presidiu ao Século. Revelou-se, como era previsível, um polemista respeitado e temido.

Nas mais diversas circunstâncias, Cunha Leal revelou ainda uma excepcional coragem física e moral, nomeadamente na célebre Noite Sangrenta de 19 de Outubro de 1921. Nessa noite mais do que nunca, nesse período delirantemente revolucionário, o ódio tomou conta dos corações, e a vingança foi a tentação mais irresistível; o poder caiu na rua. Tiros, barricadas, assassinatos, perante a total ineficácia, quando não passividade, das forças da ordem. António Granja, presidente do Ministério, refugiou-se no Quartel do Carmo, predestinado, como se sabe, para estas emergências. Na tentativa de aplacar os ódios, pediu a demissão. Mas não impediu que o matassem,

apesar da corajosa defesa de Cunha Leal, que nessa hora, como sempre, honrou o sobrenome. Ele próprio, sempre corajoso e digno, increpou os amotinados dizendo-lhes: “Os senhores têm o direito de ser assassinos; mas não o de se dizerem republicanos. Matem, se assim o quiserem, mas não vexem”. Viria ser salvo por Agatão Lança, herói da República, não sem antes disso ter sido atingido na garganta com um tiro que o encharcou em sangue, e só por milagre o não matou. É conhecida a sua fotografia nesse transe, ainda com o pescoço entrapado. Esse terá sido, talvez, o momento culminante da sua proverbial coragem física. Outras manifestações dela foram os três duelos em que se bateu por motivos de honra. De todos airoosamente se saiu. Antes disso, ofereceu-se como voluntário para combater na primeira grande guerra, e ali testemunhou, criticamente, as precaríssimas condições em que lutavam os soldados portugueses. Mais tarde, voltou a oferecer-se para combater a chamada Monarquia do Norte. Mas não foi autorizado, apesar de ter insistido seis vezes pela autorização. Onde, porém, em meu entender, a sua coragem física, moral e intelectual se tornou mais exemplar e mais óbvia, foi na maneira como sempre encarou a luta política e os seus confrontos. Chegou a justificar o epíteto de “tomba governos”, tantos foram os que fez cair. Verdade seja que ele próprio assumiu a sua demissão, face a críticas ou atitudes que considerava injustas e feridentes da sua dignidade. Quem se não demite são os ditadores. O que quase sempre o motivou foi a intransigente defesa da República, a cujas virtudes aderiu ainda novo, esse tendo sido um dos ideais em cuja defesa nunca fraquejou.

Para além disso, como espírito exigentemente livre, não só praticava a liberdade crítica, através de posições, e atitudes não raro imoderadas para os seus destinatários, como aceitava com naturalidade a dureza das réplicas, desde que lhe fosse dada a oportunidade de exercitar a sua acerada e pronta capacidade de resposta. Mas não me custa reconhecer que, muitas vezes, não se limitou a ter a razão e a querer ficar por cima. Foi até à humilhação do adversário.

Por este motivo foi um político e um parlamentar quase sempre pouco apreciado pelos adversários. Mas adorado pelo povo. Por isso nunca esteve verdadeiramente em risco a sua reeleição.

Tem menos interesse lembrar os cargos não políticos que igualmente exerceu. Ainda assim referirei os de Administrador do Banco Nacional Ultramarino e do Banco de Angola. Também não aqueceu esses lugares, onde não deixou de exercitar a vastidão e profundidade dos seus conhecimentos financeiros, bem revelados nas suas duas passagens pelo Ministério das Finanças, onde se propôs levar a efeito uma tão profunda e inovadora reforma fiscal, nomeadamente na área específica dos impostos sobre o rendimento, que desagradou uma vez mais aos possidentes, embora lhe não tenha faltado, mais que o apoio, o entusiasmo da arraia miúda.

4. Seguindo sempre de perto o livro do Prof. Dr. Luís Farinha, resumi, a traços largos, como convinha, as virtudes do grande Cunha Leal. E os defeitos? Tal como o Prof. Luís Farinha, sinto o impulso de pôr os mais salientes, ao menos esses, no outro prato da balança. Isso só lhe reforça a humanidade.

Caracterizou sempre a acção política de Cunha Leal uma impulsividade, e a espaços uma turbulência, que eram talvez o preço do seu excepcional dinamismo. Agiu e reagiu, quantas vezes, por impulso. Essa irrequietude, chamemos-lhe assim, ficou traduzida na sua pertença a nada menos do que quatro partidos, a liderar três deles. É certo que, à data, se mudava de partido com a facilidade com que se mudava de camisa. Ainda assim, a coerência recomendava, já então, mais apego às filiações.

Esses partidos, por regra, não pertenciam à área do poder dominante. Cunha Leal nunca foi oportunista. A título excepcional, deixou-se incluir nas listas do Partido Democrático, que à data não era o seu. Nota saliente é também o facto de não ser devoto da disciplina partidária, que não raro desrespeitou para, inclusivè, apoiar adversários. A sua independência de espírito levou-o, inclusivè, a defender posições de adversários monárquicos – apesar do seu indefectível republicanismo – ou o Grande Oriente Lusitano, quando a sua sede foi vandalizada, apesar de nunca ter sido maçom.

Atravessou um período político tão inseguro e problemático que isso o levou à sobreposição da defesa da ordem aos valores para ele sagrados da República, da Liberdade e da Democracia.

Em dois momentos, porém, chegou a aderir, ainda que a título preventivo da antítese desses valores, a projectos autoritários o bastante para impedir que a República, e a existência de um Parlamento Democrático, acabassem por oferecer oportunidades ao crescente revivalismo monárquico.

O primeiro desses momentos foi o da ditadura dita regeneradora de Sidónio Pais, a que Cunha Leal começou por aderir com a mesma sem vontade com que se toma um purgante. Acabado de regressar de Angola, viria a encontrar o Parlamento dissolvido; Afonso Costa preso no Forte da Graça, em Elvas; Bernardino Machado a caminho do exílio; e Teixeira Gomes, à data ministro em Londres, com residência fixa no Avenida Palace, em Lisboa. Uma Junta de Salvação Nacional entendia salvar assim o País, encarcerando os seus maiores. Assim, e com falsas proclamações de assegurar “a estabilidade e o prestígio da República, engrandecer e honrar o País”. Entre lutar por fora pelos mesmos objectivos e bater-se por eles por dentro, Cunha Leal, optou por assumir uma expectativa benévola. Mas por pouco tempo se deixou iludir. Quando Sidónio começou a comportar-se como um verdadeiro monarca, a tal ponto que justificou o cognome pessoano de “Presidente Rei”, e a sobrepor à anunciada regeneração da República campanhas, gestos e ambições de poder pessoal, Cunha Leal passou a combatê-lo. Desde logo intitulado de “discurso da Coroa” a sua intervenção na sessão parlamentar em que lhe foi conferida posse, indiferente aos “dez minutos de palmas” e aos “vivas delirantes” com que foi aplaudido, tentando em vão proferir uma resposta crítica. Pelo seu passado de professor catedrático, de nosso representante diplomático na Alemanha até à declaração de guerra a Portugal; e sobretudo pelo seu excepcional carisma, Sidónio Pais surgia no céu do futuro político do país com o fulgor de uma estrela. E como desde cedo revelou apetites de poder pessoal, tornou-se perigoso, aos olhos dos que não aceitavam o sacrifício da liberdade. Cunha Leal foi um desses. Por isso, foi assassinado.

Fernando Pessoa dedicou-lhe uma ode fúnebre impregnada de misticismo sebastianista, de que me permito transcrever o seguinte trecho:

“Quem ele foi sabe-o a sorte/ Sabe-o
o mistério e a sua lei/ A vida fê-lo
herói, a morte/ O sagrou
rei”.

Nessa mesma Ode, o Pessoa sebastianista previa que ele voltaria ressurrecto, “feito qualquer outro”.

Este delírio colectivizou-se. Mas Cunha Leal não se deixou colectivizar.

Rocha Martins, o inesquecível “fala o Rocha!” da Campanha da Candidatura do General Norton de Matos, em que fiz o meu baptismo de palrador político, e em

que conheci, pela primeira vez, Mário Soares, num comício realizado em Coimbra, tinha apresentado Cunha Leal no Parlamento como “um filho da Beira, das ribas do Fundão, que tão depressa marcara o seu lugar na Câmara pela audácia”; “despretensioso no traje, desdenhoso, de um ar impertinente com os adversários... fazendo soar muito alto as palavras República e Liberdade, chegando ali como um escorraçado pela gente do poder e com um desusado ardor no seu combate”.

A sua conduta como deputado viria a ser uma permanente confrontação, célebre tendo ficado a que manteve com o líder integralista António Sardinha, a quem qualificou de germanófilo com todas as letras. Advertiu os verdadeiros republicanos de aquela República era “uma República dentro da qual não tinham cabimento” apenas lhes restando dois caminhos: “ou a fronteira ou a prisão”. Atacou violentamente “os grandes agrários alentejanos”, entre eles o célebre Pequito Rebelo, “meia dúzia de polvos com os seus enormes tentáculos insaciáveis”. A nível orgânico, “exigiu o presidencialismo com o poder de dissolução das câmaras”.

Estes breves excertos do livro de Luís Farinha cuja simples entoação não chega para evidenciar as aspas, servem para exemplificar o muito que se aprende com a sua leitura.

Assassinado o Presidente-Rei a 14 de Dezembro de 1918, Cunha Leal deu-se pressa em “afrontar a sua memória”, acusando-o de ter tido “uma visão errada do nosso país”, traduzida num “projecto nacionalista e orgânico, sem representação das classes nos órgãos do poder”. “E como os republicanos não lhe davam homens, foi buscar monárquicos mais ou menos disfarçados.”. Só que estes, segundo Cunha Leal, estavam divididos e não tinham um candidato a rei”. Reaberto o Parlamento, compareceram na primeira sessão apenas quarenta e seis deputados, entre eles Cunha Leal, e só dezoito na segunda. Podemos assim constatar que a história é, em certos aspectos, uma interminável repetição. O País, e Cunha Leal com ele, tinham entretanto enveredado “pela senda do insurreccionismo”, a breve trecho traduzido logo em Janeiro de 1918 nas revoltas de Santarém, Lisboa e Covilhã, com o apoio de unidades militares e civis. Objectivo: salvar a República; abolir as leis de excepção; dissolver o parlamento; e convocar eleições, solução universal para as crises desse então.

A meio de um êxito promissor, Lisboa e Coimbra falharam, e os revolucionários foram desactivados, e renderam-se passados cinco dias do início da rebelião. Dezenas de prisões, Cunha Leal incluso, considerado “criminoso da pior espécie”. Os monárquicos aproveitaram a deixa e proclamaram a “Monarquia do Norte”.

A fé republicana voltaria a renascer com a “gloriosa jornada de Monsanto” de 21.1.1919, que possibilitou a libertação de Cunha Leal. Nesse tempo, porém, e até ao advento de Salazar, a clausura não era, longe disso, uma sanção durável, e muito menos definitiva. Talvez porque o poder era, em si mesmo, uma alternância vertiginosamente rotativa.

Restabelecida a Constituição de 1911; derrubado o governo de José Relvas, que tinha perdido a confiança de Cunha Leal; eleito o novo parlamento; o Partido Republicano voltou a ganhar as eleições com 86 deputados. Cunha Leal foi eleito por Angola e alinhou pelo Partido Popular, com sete deputados apenas. Cunha Leal, de resto, sempre se sentiu melhor em minoria do que em maioria. Afonso Costa, esse, segundo Luís Farinha, “sempre eleito e sempre ausente em Paris, mas sombra tutelar”, a partir de certa altura, passou a sentir-se melhor longe da barafunda.

Surgiu, por essa altura, o “espectro da revolução social à russa”. A vida parlamentar passou a caracterizar-se pela “imoderação verbal”; pelo “sistema laxista das faltas”; e pela “não aprovação quase sistemática dos orçamentos”. Esse foi o caldo de cultura dos germes do salazarismo. Nas eleições seguintes, de 1921, o parlamento

virou à direita. Os monárquicos regressaram. E os católicos elegeram um deputado: o futuro ditador do Estado Novo. É sabido que não gostou do ambiente. A oratória espontânea não era o seu forte. Preferia – veio a saber-se – a escrita mansamente reflectida na solidão do seu gabinete, género em que viria a revelar-se, não direi um mestre, mas um prosador de sabor clássico, que pela forma se lê com agrado, e pelo conteúdo com desprazer se repele. Diz-se que, ao fim da primeira sessão, regressou a Coimbra, e ao seu magistério, não voltando a pôr os pés no cenário de São Bento. Coisa estranha, não?! Viria a revelar uma forte ambição política. Mas deputado... cruzes!

Tenho de acelerar. Mas não sem dizer que ainda num outro momento Cunha Leal viria a fraquejar. Não no seu republicanismo e no seu amor à liberdade e à democracia. Mas na sobreposição da ordem a esses ideais. Foi na aproximação dos actos preparatórios do 28 de Maio de 1926, e no decurso dos seus primeiros desenvolvimentos. Desta vez, não reagiu de pronto, como tinha reagido ao sidonismo. Verdadeiramente, levou a sua expectativa benévola até aos idos de 1930, ou seja à entronização de Salazar como Presidente do Conselho de Ministros. Luís Farinha vai ao ponto de salientar que as soluções ditatoriais “começavam a ser partilhadas por um espectro político tão amplo que poucos lhe escapavam ao encanto”. Assim tanto? A verdade é que o próprio Cunha Leal chega a “confessar a sua cedência ao revolucionarismo impenitente, face ao bloqueamento das instituições”. Disse a propósito: “o espectro de uma República possivelmente subserviente para com as forças malignas da pecúnia gananciosa, começavam a obnubilar o meu raciocínio e a amolecer os meus propósitos de resistir à aliciação dos inimigos de um democratismo de baixo nível intelectual”.

De tal ordem que, ainda segundo Cunha Leal, “todos querem ditadura hoje, mesmo aqueles constitucionais, bons ou maus republicanos, que esperam uma ditadura trazida de França, numa condecinha, por qualquer Afonso Costa”. “As ditaduras – disse ainda – não-de vir, quer queiram quer não, pela força inevitável dos acontecimentos”. Vieram.

E no entanto, nesse mesmo momento, gigantes republicanos resistiam em Portugal ou no exílio. E notáveis seareiros continuavam fiéis à defesa dos sagrados princípios. Só que eram sobretudo intelectuais, como Jaime Cortesão e Raul Proença não homens de acção e de combate político, inclusivè pela força, como Cunha Leal era, sem prejuízo do seu básico civilismo, e do seu sagrado constitucionalismo republicano.

Sintetizou ele próprio nestes termos a sua posição: “eu não daria, e não darei, um passo que me leve à ditadura; mas desassombradamente quero apregoar a ditadura como uma fatalidade histórica”. E a verdade é que, à época, era frequente e livre a defesa de uma “ditadura temporária e libertadora”. Os regimes monárquicos, absolutos ou constitucionais, tinham durado tanto que nunca seria fácil a sua substituição por um regime republicano, democrático e livremente aceite, com a passividade ou a tolerância dos inimigos da república.

O clima era de tal modo tenso que, às tantas, como forma de protesto, Cunha Leal e os seu colegas de partido se ausentaram da Câmara, à qual só regressaram depois da Revolta de 18 de Abril. Mais uma!

A situação era de tal modo confusa que até Jaime Cortesão, exemplo de dignidade e serenidade, seareiro ilustre, pôde ter afirmado: “Sobre a constituição de um novo governo, não me interessam os homens e os partidos... Veria com bons olhos um governo nacional, composto de pessoas íntegras”.

Na sequência dos acontecimentos de 18 de Abril, Cunha Leal foi preso. Uma vez mais também. Ameaçou demitir-se de deputado. E bastou isso para ser libertado. A reforçar os sinais que se acumulavam de “dissolução anarquizante”, Teixeira Gomes, o nobre Teixeira Gomes, tão vilipendiado também, anunciou que renunciava ao mandato de Presidente da República. É sabido até que ponto deixou o seu posto amargurado, e procurou refúgio, até à morte, numa pitoresca povoação do Norte de África.

Com o Presidente a prazo, seguiu-se a queda do Governo de Vitorino Guimarães, depois do célebre discurso do deputado Camoesas, que falou durante oito horas, a tentar evitar a derrota; e nova revolta em 19 de Julho, a qual teve o apoio significativo de Mendes Cabeçadas e a originalidade da proposta de uma “Junta de Salvação Pública”. Mesmo assim, segundo Luís Farinha, “esvaiu-se em fumaça”.

E Cunha Leal, com base no pressuposto de que o seu PRN tinha sido ultrapassado pela “direita dos interesses”, aderiu a um novo partido, a União Liberal Republicana, que viria a averbar um auspicioso começo. O quinto da frenética série de partidos a que pertenceu. Tinha aliás aceite o cargo de Vice-Presidente do Banco Nacional Ultramarino. Justificou-se alegando que tinha filhos a quem precisava de dar de comer”.

Quando a situação, no próprio dizer de Cunha Leal, corria o risco de “afundar-se num mar de sangue”, ei-lo que se desdobra em deslocações de advertência dos riscos que a República e a liberdade corriam. Em Braga, em Beja, e em Olhão, a pouco mais de uma semana do 28 de Maio, prevenia os seus concidadãos de que “se aproximava um novo sidonismo”.

Em Beja advertia: “o exército está inquieto... e prepara-se para intervir. Será um crime o que os militares preparam? Não!.. O exército não praticará um crime, mas praticará um erro”.

E sem jamais perder a esperança diria em Olhão: “Se todos os portugueses se unissem para levantar a Nação, evitar-se-iam mais revoluções, mais efusão de sangue. E isso seria belo, seria grandioso”. Era o idealista no seu melhor. Mas era tarde. “A ditadura das portarias iria ser substituída pela ditadura das espadas”. O 28 de Maio estava na rua.

Em audiência com o Presidente Bernardino Machado, Cunha Leal resumiria assim o seu desalento: “A tempo e horas avisei a quem devia do perigo que se aproximava. É tarde para me pôr ao lado do governo sem que daí se conclua que promovo a revolução, ou pretendo aproveitar-me dos seus benefícios”. Ao lado... não estaria. Mas contra também não!

O 28 de Maio, no entanto, nascia “absolutamente republicano”, no entender da União Liberal Republicana, a que Cunha Leal tinha ultimamente aderido, a qual, “embora não tenha participado directamente nos acontecimentos, tinha autorizado alguns dos seus membros a participarem nos actos preparatórios da revolução”. Podiam, aliás, “participar no Governo ditatorial, à frente do qual, de resto, estava Mendes Cabeçadas, um correligionário que tinha confirmado a sua pertença à ULR, já depois dos acontecimentos”. Mendes Cabeçadas, aliás, tinha escrito a 27 de Maio uma carta ao Presidente Bernardino Machado, em que afirmava que os unionistas apenas exigiam “um Governo de carácter extrapartidário constituído por políticos que mereçam a confiança do país”. E Luís Farinha, de cujo livro recolho todos estes dados, informa-nos ainda de que Mendes Cabeçadas “tinha recebido a plenitude do poder executivo”.

Mas o grande vencedor do 28 de Maio tinha sido o General Gomes da Costa, que se revelaria mais abonado de fanfarroneice, que não é bem o mesmo que coragem, do que de inteligência, e viria a baralhar e voltar a dar as cartas em que o futuro se lia.

Obrigado a negociar com Gomes da Costa, Mendes Cabeçadas, a 17 de Junho, viria a ser afastado do poder, “deixando na sua esteira – segundo Luís Farinha – uma muito estreita possibilidade de manutenção de um estado de legalidade”.

Cunha Leal reagiu uma vez mais por impulso. No mesmo dia, pediu a demissão de oficial e, no dia seguinte, a de Vice-Governador do BNU. Se o novo poder militar não queria nada com a “canalha política”, ele, político que se orgulhava de sê-lo, doravante nada queria com a canalha militar. Percebeu: Gomes da Costa “cedera às exigências dos integralistas”. Aliás, três dias depois da revolução de Maio, “já se sentia traído”. E tendo querido manter viva a sua União Liberal Republicana, auto-condenou-se ao ostracismo político. Viria, ainda assim, a aceitar a administração do Banco de Angola.

Até 21 de Janeiro de 1930, o novo regime excepcional, e ditatorial, ainda sem fascismo, arrastou-se sem a definição execrável que a partir desta data viria a ter, após a deposição do General Ivens Ferraz da Presidência do Conselho de Ministros, da sua substituição pelo General Domingos de Oliveira, e sobretudo da designação de Salazar – o futuro ditador inflexível, seguidor de Mussolini e disfarçado admirador de Hitler. De poucas falas; cultivando uma imagem austera e despojada de ambições materiais; e abençoado pela protecção religiosa que Gonçalves Cerejeira, seu amigo desde Coimbra, lhe proporcionava.

Cunha Leal viria a tecer a Salazar, como Ministro das Finanças, elogios rasgados na reunião do Conselho Económico Consultivo de Genebra, em Maio de 1929. Assim: “foi com o coração alegre que eles (os contribuintes) aceitaram os duros encargos que lhes foram impostos pelo novo Ministro das Finanças, o Dr. Oliveira Salazar, cuja ciência, bom-senso e hombridade, tiveram o condão de realizar verdadeiros milagres”. Afirmção de Cunha Leal: “confesso o meu pecado ou... a minha virtude. Dos contactos conimbricenses com o Dr. Oliveira Salazar, resultou simpatizar com ele. Era um homem hermético, meticuloso como professor, exigente, com tendência antes para a severidade austera do que para a benevolência temperada”. Reconheceu, aliás, o que o não ilustra, mas só lhe fica bem, que terá, inclusivè, influenciado positivamente a designação de Salazar como Ministro das Finanças, pasta que viria a franquear-lhe o acesso ao lugar de Primeiro-Ministro, no qual fez questão de centralizar o poder, com progressiva marginalização do Presidente da República, General Óscar Carmona. O poder pessoal – leia-se total – não quer partilha.

5. O livro que estou apresentando convoca-vos à sua leitura. Aprende-se com ele, repito. E dá a conhecer a quem o não conheceu um homem, um político, um intelectual e um ser humano prodigiosamente inteligente, excepcionalmente culto, dotado mesmo da ponta de génio que caracteriza os grandes vultos da nossa história. E simultaneamente impulsivo até à precipitação; temperamental até à instabilidade; combativo até à irrazoabilidade; devotado à causa pública até ao fanatismo; corajoso até à temeridade; humano até ao reconhecimento dos seus defeitos.

Foi pena, muita pena, que a ditadura do velho Estado Novo, tivesse impedido a plena floração de inteligências e aptidões como as de Cunha Leal. Dói pensar que, por exemplo, Almeida Garrett, e José Estêvão de Magalhães, além de muitos outros, não teriam sido os políticos e parlamentares que foram, se uma ditadura como a de Salazar os tivesse condenado à inactividade e ao silêncio.

Cunha Leal, honra lhe seja, nunca se deixou intimidar. Nem as prisões, nem os exílios que o condenaram ao ostracismo conseguiram abatê-lo. A partir do momento em que mostrou discordância com o célebre discurso de Salazar na Sala do Risco; com a nova política para o Ultramar; e sobretudo com a sua tradução no famigerado Acto Colonial, Salazar passou a encará-lo como aquilo que era: seu inimigo. Proibiu-lhe conferências, censurou-lhe artigos de jornal, prendeu-o, exilou-o. Condenou-o ao mais cruel ostracismo. A reacção de Cunha Leal foi “suspender a publicação de “A Noite”, declaradamente, “até que V. Ex.^a, arrependendo-se do caminho trilhado, corra essa farandulagem que o rodeia e o pretende atirar para o abismo”. Respondeu um “factotum” de nome Pinto Correia em termos de tal modo insultuosos que Cunha Leal o desafiou para um duelo. Que não chegou a consumir-se.

Mas nem assim Salazar conseguiu silenciá-lo. Com frequência invulgar, Cunha Leal continuou a vergastar a política colonial salazarista em livros que, como disse, a censura apreendia, e Salazar mandava publicar. Eram livros tão dignos, tão bem raciocinados, e tão primorosamente escritos que, como disse atrás, o respeitinho reverencial do tempo do reitorado de Coimbra, operou esse pequeno milagre. Foi o tempo de “A Gadanha da Morte”, de “O Colonialismo e o Anticolonialismo”, de “A Pátria em Perigo”, de “Cântaro que vai à Fonte”, de “Ilusões Macabras”, de “As minhas razões e as razões dos outros”, e dos três volumes da obra monumental “As Minhas Memórias”.

Demais sabia Salazar que, proibir esses livros, não era o mesmo que proibir a sua leitura e a discussão das ideias neles defendidas, entre elas a defesa do direito dos povos coloniais à autodeterminação e independência, direito que, num manifesto de candidatura pela oposição de Moçambique à Assembleia Nacional, fui com outros um dos primeiros a reconhecer em Portugal.

O manifesto foi, como sempre, apreendido.

Mas, se algo impressiona neste livro, até ao espanto e até à comoção, é a relação verdadeiramente singular, que no final dele consta, da obra literária de Cunha Leal, distribuída por livros, correspondência, artigos, cartas, manifestos e depoimentos publicados, legislação da sua autoria, entrevistas, e outras publicações em jornais e revistas. Sobretudo se tivermos em conta que se localizam, na quase totalidade, no tempo anterior à censura salazarista.

Que dinamismo! Que desmultiplicação! Que talento! Se a essa prodigiosa bibliografia juntarmos as muitas centenas de intervenções parlamentares que o diário das sessões regista, é legítima a questão de saber se Cunha Leal também dormia, e em caso afirmativo quando.

Uma coisa eu testemunhei: Salazar, com todo o seu poder e a sua falta de escrúpulo, não conseguiu silenciá-lo. E, mesmo impedido de qualquer actividade política, Cunha Leal conseguiu, no ostracismo a que foi condenado, ajudar a impopularizar a ditadura. Infelizmente, não sobreviveu à queda do ditador e ao fim da ditadura. Até nisso o destino foi para ele cruel.

Recebido para publicação em 02-06-09; aceito em 17-06-09